



Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha de Manaus - FRENDRURAL, realizada no dia 19 de agosto de 2021.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2021, reuniu-se, em Audiência Pública, com início às quatorze horas e trinta minutos, a Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha da cidade de Manaus - FRENDRURAL, sob a presidência da vereadora Prof^a. Jacqueline. A sessão foi realizada para discutir o Serviço de Telefonia Fixa e Móvel na zona Rural de Manaus, em atendimento ao Requerimento n. 5476/21, de sua autoria. Presenciaram a sessão os vereadores Eduardo Alfaia (PMN) e Peixoto (PTC), membros da Frente. Como convidados, estiveram presentes: o senhor Júlio Ramon Teixeira, Secretário Executivo de Administração e Controle Interno da SEDECTI; senhor Márcio Meirelles, Subsecretário de Gestão de Processos da SEMAD, representando a Prefeitura de Manaus; representante do Governo do Estado do Amazonas; senhor Ricardo Toshio Itonaga, Gerente Regional da Anatel; Olenita Paes Barreto dos SANTOS, representante da Brasil S.A. Vivo (participou de forma remota); Douglas Araújo, Coordenador Técnico da Claro S.A.; Bianca Santos Franco, Relações Institucionais da TIM S.A. na Região Norte; Cilene Santos Albuquerque, da Comunidade Pau Rosa, representante das comunidades rurais; Israel Feitoza e Paulo Polezi, da comunidade Rio Branquinho, também representantes das comunidades rurais. No início da reunião, a presidente da FRENDRURAL apresentou a composição da frente e comentou qual era o seu objetivo principal. Ela destacou que aquela sessão tinha o intento de discutir especialmente a questão do serviço de telefonia fixa e móvel da zona Rural de Manaus. Em seguida, passou a condução dos trabalhos para o vereador Peixoto para realização do seu pronunciamento. A parlamentar agradeceu a presença dos convidados, especialmente daqueles que vinham das diversas localidades da zona Rural e comentou sua ida à ANATEL para entender a situação dos serviços. Segundo ela, a instituição destacou que a resposta era de que a Agência tinha competência somente de fiscalização e que, no caso da zona Rural, tratava-se de um serviço privado, o que não era oferecido adequadamente, situação que implicou o pedido para realização da audiência pública. Ela destacou a aprovação do seu requerimento, pois se tratava de um tema de interesse de todo parlamento, e registrou que os presentes saíram das suas casas para buscar uma solução. Na sequência pronunciou-se o vereador Peixoto, o qual agradeceu a presença de todos e pediu a atenção dos representantes da Anatel e das empresas para as demandas da população ribeirinha presente na audiência. Ele citou todas as dificuldades vivenciadas por essas pessoas, as quais estavam localizadas em diversos locais como as comunidades do Jaraqui, Cuieiras, Nossa Senhora de Fátima, dentre outros locais, sendo a maioria deles produtores rurais. Para o vereador, as pessoas estavam cansadas de esperar por melhorias e manifestou sua alegria de ter, na legislatura, parlamentares que cuidavam da realidade da zona rural e ribeirinha. Na visão dele, havia melhorias nos serviços públicos, com a cobrança feita, o que não acontecia com os serviços de





Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha - FRENDRURAL, realizada no dia 19 de outubro de 2021.

comunicação e telefonia, o que só ocorria com serviço de internet paga, a qual era oferecida de forma precária, com sinal limitado. No final da sua fala, o vereador Peixoto parabenizou pela realização da audiência e voltou a ratificar sua preocupação com o problema e comentou contato feito com a gerência da empresa Claro em Brasília, com a qual foi feita videoconferência, sem, entretanto, resultados mais práticos, o que deveria ser resultado da audiência, com ações programadas e pragmáticas. Com a palavra, a vereadora profa. Jacqueline registrou a presença de lideranças das comunidades rurais, dentre as quais a da Comunidade Pau Rosa e falou sobre o plano de metas para que as concessionárias de telefonia fixa para instalação de rede para todas as comunidades que não dispunham do serviço. Para ela era preciso saber até que ponto a cidade de Manaus havia avançado nesse processo. Passando às falas dos participantes, inicialmente passou a palavra para os representantes da zona Rural: primeiramente falou a senhora Cilene Santos, a qual cumprimentou as lideranças e os que estavam compondo a mesa de discussões. Ela falou do sofrimento do isolamento na zona Rural. No caso do Pau Rosa, ela destacou que havia muitos casais de idosos, muitos aposentados, que buscavam uma vida mais sossegada, e que esses queriam ter uma comunicação com filhos e demais parentes. Ela destacou que, no caso de adoecimento ou outros problemas, era difícil manter contato, o que também ocorria com a internet, serviço igualmente precário na comunidade onde residia. Para a convidada, não se devia pensar em fibra ótica, mas em torres, pois a fibra ótica podia encarecer o serviço e os moradores das zonas rurais não tinham como pagar por valores de quatrocentos reais, mais ou menos. No final da sua intervenção, a senhora Cilene Santos falou de dados de quase nove mil famílias somente na Comunidade do Pau Rosa, o que a fez perguntar se essas pessoas eram invisíveis e não mereciam a atenção das autoridades? Na sequência, pronunciou-se o senhor Israel Feitoza, da Comunidade Rio Branquinho, na ZF4. Após pequenos registros, ele passou a palavra para o senhor Paulo Polezi, da mesma localidade. Ele falou das dificuldades nas vias de acesso à comunidade, comentou sobre o serviço da Oi S.A., a qual encerrou o funcionamento das linhas de telefonia sem aviso. O orador comentou as dificuldades para realizar uma simples reunião, por conta das limitações da internet, para passar vídeo. O senhor Paulo registrou que ônibus não circulavam, no caso de chuvas. Ele falou da Lei n. 9612, de 17 de dezembro de 2018, que tratava das políticas públicas de telecomunicações. Em projeção de slides, o participante apresentou uma tabela de valores da HughesNet para serviço de internet, com valores entre R\$ 269,00 reais a R\$ 369,00, além de diversas dificuldades vivenciadas por moradores daquela localidade. No final apresentou proposições: mapeamento das necessidades das famílias (internet, telefonia, tv e rádio para agricultores); instalação de antenas de TV, Rádio, Telefonia e Internet Banda Larga de qualidade ao longo da ZF-04, a fim de garantir melhorias destes serviços à população de todo o Ramal; criação de uma modalidade em tarifa social subsidiada para custear parte das despesas de implantação e manutenção do acesso à Internet banda larga por famílias de agricultores familiares. Com a palavra, o senhor Israel reforçou a situação de



Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha - FREN DURAL, realizada no dia 19 de outubro de 2021.

precariedade da região, pediu a sensibilidade dos presentes quanto à situação vivenciada (7.800 pessoas no ramal: usam Tim, Claro, Vivo e Oi); solicitou que fosse feita visita das operadoras para instalação de torre e disponibilizou o seu terreno para tal. Na sequência, pronunciou-se o senhor Douglas Araújo, da empresa Claro S.A. O convidado agradeceu o convite, falou da disposição da empresa para participar do debate, comentou o diálogo informal com a senhora Cilene Santos, na mesa de discussões, para entender as dificuldades. Registrou a presença da empresa desde o ano de 2007, do quanto a região era importante para a instituição e comentou sobre as dificuldades de infraestrutura, ponderando sobre a discussão a longo prazo, por conta de diversos aspectos. O orador registrou a existência de mais de 800 mil clientes na telefonia móvel, havendo a preocupação de entregar a melhor prestação de serviço, internalizando o debate para oferecer alternativas. Logo após pronunciou-se o senhor Ricardo Itonaga, da Anatel. De início, ele destacou informações acerca do Plano Geral de Metas para Universalização – PGMU. Segundo o convidado, o plano falava de universalização da telefonia fixa, o que não acontecia com a telefonia. Segundo o senhor Ricardo Itonaga, a Oi tinha responsabilidades de telefonia fixa na região e orelhões. Para a Embratel, colocação de orelhões para atendimento nas localidades com dificuldades de acesso. Registrou que para a TIM e a VIVO não havia obrigação alguma de ampliação dos serviços e informou que a empresa Oi S.A não podia, na zona Urbana, deixar de fazer o serviço. Segundo o colaborador, a Anatel fazia a gestão do espectro da radiofrequência e que qualquer empresa podia ofertar os serviços, mas essa era uma questão de mercado. Na sua visão, a melhor forma de conseguir algo para a zona Rural era através das empresas. Sobre a Hughes Net, o representante da Anatel informou que era empresa autorizada e que os valores eram, de fato, caros e a redução dependia do barateamento dos custos, o que poderia ser viabilizado através de subsídios. Sobre os custos, falou das diversas questões técnicas para oferta dos serviços, ressaltando que a Anatel não tinha como obrigar as empresas a oferecer os serviços, mas de fiscalizar os serviços. Adicionalmente, o senhor Ricardo Itonaga reforçou que o caminho mais viável era, de fato, atuar junto às empresas de telefonia. Na sequência participou do debate o senhor Márcio Meirelles, o qual elogiou pela realização da audiência, falou da complexidade da região, comentou sobre os aspectos legais, concordou com a necessidade de ampliação de políticas nesse campo, incluindo a participação da Prefeitura de Manaus, ressaltando que a demanda das comunidades deveriam ser atendidas. Complementarmente, o convidado falou da importância de atendimento mínimo para as pessoas das comunidades ribeirinhas. Na sequência, falou o senhor Júlio Ramon, representante do Governo do Estado do Amazonas, o qual citou os desafios grandes vivenciados no Estado, registrou o compromisso do Governador Wilson Lima para ampliação dos diálogos e colaborar com as tratativas para diminuir o isolamento das comunidades rurais e ribeirinhas. Ele falou da interdependência dos serviços, por exemplo da energia elétrica. Na continuação dos trabalhos, participou do debate a senhora Bianca Santos Franco, representante da empresa TIM S.A. Ela comentou sobre o deslocamento feito até



Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha - FRENDRURAL, realizada no dia 19 de outubro de 2021.

Manaus para discutir o tema da audiência, falou que a empresa trabalhava com a tecnologia 4G, e havia um processo de instalação de novas antenas. Multas da Anatel passaram por um TAC para aumento da tecnologia. Até o final de 2023 havia o planejamento de conclusão desses trabalhos. Comentou sobre ações para lidar com os problemas de fornecimento de energia elétrica, de forma a não comprometer os serviços, e pediu a colaboração dos parlamentares na resolução dos entraves legais para regularização. A vereadora Prof^a. Jacqueline falou da disponibilidade para realizar os encaminhamentos junto aos órgãos municipais. Na sequência, participou da discussão o vice-presidente da FRENDRURAL, o vereador Eduardo Alfaia que saudou todos os presentes e falou da importância do assunto. Ele destacou que a comunicação não era um luxo, mas uma necessidade. O parlamentar falou da sua preocupação com a fala do representante da Anatel quanto ao estreitamento na relação com as empresas, destacando que muitas regiões eram áreas de expansão urbana, portanto era importante rever algumas questões. Sobre o TAC, o vereador Eduardo Alfaia perguntou quais eram as informações de prazo para atendimento das comunidades, pois era isso que todos esperavam. Adicionalmente, o vereador fez outras ponderações sobre o que era ou não zona urbana, comentou situação particular vivida, com carro, que só foi resolvida com ajuda de outras pessoas com carona. Na sequência, participou a senhora Olenita Paes Barreto, da Telefônica Brasil S.A – VIVO. Ela falou sobre as ações da empresa no Brasil e destacou o trabalho de distribuição de maletas para atendimento de escolas ribeirinhas. Nas maletas havia 30 tablets, com roteador, o que reforçaria o trabalho cidadão da Vivo. A convidada falou que a empresa não foi vencedora para oferta dos serviços na Região Norte, e que, embora não houvesse uma maior atuação no campo da telefonia, a empresa tinha grande trabalho social. Em nova fala, a vereadora Profa. Jacqueline falou que havia a informação de que a região da zona Rural era responsabilidade da empresa Claro. Ela falou que o representante da instituição haveria comentado que não havia interesse em oferecer os serviços, pois não era lucrativo. Ela repudiou essa atitude, destacando que era preciso ter uma visão social, e perguntou da empresa qual a razão de não estar atuando na zona Rural. Na participação das comunidades, falou primeiramente Dona Jô, da comunidade São José. Ela registrou que houve na sua comunidade a elaboração de um abaixo-assinado com mais de 2 mil pessoas para colocação de uma torre na região, mas o pleito não teria sido atendido por conta da Anatel. A convidada reclamou dos serviços da HughesNet, dos valores abusivos e das ameaças de pagamento de taxas de cancelamento. Adicionalmente, falou que desejavam torres e não fibra ótica e cobrou serviços para melhoria das estradas. Em resposta, o senhor Ricardo Itonaga falou que a empresa Claro S.A. não tinha obrigação de atendimento, pois a empresa era detentora da radiofrequência. A obrigatoriedade era da empresa Oi que deveria adotar providências para atendimento da telefonia fixa. Sobre a HughesNet, falou que os consumidores deveriam, primeiramente, reclamar com a prestadora, depois com o Procon e com a Anatel para que providências práticas fossem adotadas. O senhor Ricardo Itonaga registrou que a Anatel verificava a qualidade



Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha - FRENDRURAL, realizada no dia 19 de outubro de 2021.

de conexões, fiscalizava diariamente os serviços prestados, ressaltou que para as comunidades rurais não importava se eram redes 2, 3 ou 4G, mas a possibilidade de usar com o mínimo de qualidade os serviços de internet. Falou do programa “Norte Conectado” e de outras questões relacionadas aos serviços. Por fim, sobre a informação de que a Anatel teria impedido a atuação da Vivo, o representante da Anatel destacou que era uma inverdade e que a Agência estava atuando, fiscalizando no âmbito de suas competências. Na sequência falou a senhora Darcilene, representante do Polo 6, de comunidade da área do Rio Negro, que era composto por 11 comunidades e nenhuma das comunidades do rio Cuieiras tinha serviço de energia elétrica. Ela falou do péssimo serviço ofertado pela Hughesnet, também falou das cobranças de quebra de contrato e que a empresa não teria representante na cidade de Manaus. A convidada pediu um olhar mais sensível do poder público para as comunidades ribeirinhas, as quais, na sua visão, estavam desamparadas. Com a palavra, **a vereadora Profª. Jacqueline apresentou sua proposição de ingresso com ação coletiva junto ao Procon para tratar de todas as demandas em relação à HughesNet.** O representante da Anatel pediu que a instituição fosse demandada e que faria um acompanhamento pessoal da situação. Em questão de ordem, o vereador Peixoto perguntou se a Anatel não poderia agir de ofício, considerando que havia muitas reclamações dos serviços prestados pela empresa HughesNet. Em resposta, o senhor Ricardo Itonaga informou que a Anatel lidava com situações coletivas e precisava observar questões legais. Na sequência, falou o senhor Antônio Arruda, da BR 174, Igarapé da Esperança, cuja fala foi para registrar que havia problemas com todas as operadoras e reforçar a necessidade de telefonia na estrada, pois era questão de saúde, segurança e comunicação. Ele destacou que as comunidades, em especial na pandemia, ficaram ainda mais isoladas e, um caso concreto, foi que as equipes da Prefeitura precisaram usar a internet da sua residência, o que demonstrava o caos da falta de comunicação. Ademais, falou da “zona de silêncio” onde havia muitos assaltos nos coletivos que servem à região. Logo após, falou a senhora Vanuza, da comunidade do Uberê, que, igualmente, reforçou as dificuldades com telefonia e internet, e que ela morava próximo. Também participou da plenária o senhor Samuel, da comunidade São Sebastião, no quilômetro 42, cuja fala também foi sobre as limitações de serviços e que a empresa HughesNet, ao entrar nas comunidades acabou trazendo prejuízo às mesmas. Ele foi aparteado pelo senhor Branco, o qual comentou que seria apresentado documento pela comunidade para solicitar a instalação de uma torre por parte da TIM. No final da participação dos populares, a senhora Elineida Rocha agradeceu a atuação da presidente da FRENDRURAL no atendimento às demandas das comunidades rurais. Ela falou do roubo de materiais, ponderou sobre a utilidade dos serviços de internet, inclusive para divulgação dos produtos artesanais produzidos pelos moradores. Em novas considerações, a vereadora Profª. Jacqueline comentou que, de fato, havia muitos desdobramentos importantes quando se falava de internet. Nesse sentido, registrou sua indicação à Prefeitura para instalação de um programa-piloto de internet na UBS do Pau Rosa, o que facilitava a marcação de consultas e exames, não demandando que



Ata da Audiência Pública da Frente em Defesa da Zona Rural, Rodoviária e Ribeirinha -
FRENDURAL, realizada no dia 19 de outubro de 2021.

as pessoas precisassem vir a Manaus para isso. Nas considerações finais, o senhor Márcio Meirelles pediu que fosse realizado encaminhamento à Prefeitura de todas as tratativas ocorridas em relação ao tema da audiência; a vereadora Prof^a. Jacqueline provocou as operadoras a se manifestarem sobre o assunto da audiência: o senhor Douglas Araújo, da Claro S.A., falou da responsabilidade social da empresa e da intenção de ampliar os estudos para atendimento das demandas das comunidades; a senhora Bianca Santos, da TIM S.A., ratificou a disponibilidade para realização de estudos para implantação de torres e antenas; o senhor Ricardo Itonaga reforçou o conhecimento da Anatel das necessidades da região, orientou sobre a importância de verificação dos reais serviços prestados e informou que a Claro era obrigada, por contrato, a fornecer serviços de internet para as escolas públicas da zona Rural. Antes do final da audiência, a senhora Cilene Santos comentou que era uma responsabilidade social atender adequadamente às comunidades quanto aos serviços de telefonia e de internet, mas não houve, por parte das empresas, compromissos claros, o que era motivo da sua crítica. Em participação nos momentos finais da audiência, a vereadora-presidente da FRENDRURAL registrou seu compromisso de reforçar o contato com as empresas para que alternativas, também junto ao Poder Público, pudessem ser apresentadas. Em seguida, não havendo nada mais a tratar, o agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. E para que conste eu.....(Antônio José da Silva, secretário da Frente), lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.

Ver^a. Prof^a. Jacqueline (Podemos)
Presidente da FRENDRURAL

Ver. Eduardo Alfaia (PMN)
Membro

Ver. Peixoto (PTC)
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO - VEREADOR - 231.114.883-49 EM 26/10/2021 12:53:16
EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 651.106.502-25 EM 26/10/2021 11:03:01
ANTONIO DE ALMEIDA PEIXOTO FILHO - VEREADOR - 508.804.972-20 EM 26/10/2021 10:50:50
ANTONIO JOSE DA SILVA - REVISOR - 615.763.872-91 EM 26/10/2021 10:43:40

